



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

PARECER EM 2º TURNO

PROJETO DE LEI N. 885/2019

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA

1. RELATÓRIO

Vêm à Comissão de Legislação e Justiça, em segundo turno de discussão e votação nesta Casa Legislativa, Emendas e Subemendas apresentadas ao Projeto de Lei n. 885/2019, que “Dispõe sobre a realização de eventos e manifestações populares, artísticas ou culturais no Município”.

Após receber pareceres das Comissões a que foi distribuído, obedecendo assim ao Regimento Interno, o Projeto de Lei n. 885/2019, de autoria do Executivo, foi aprovado em primeiro turno de discussão em reunião plenária. Tendo a proposta recebido emendas, e sendo o segundo turno o momento oportuno para apreciação dessa espécie de proposição, conforme os dispositivos regimentais, voltou a proposta às Comissões para recebimento de parecer.

Considerando a apresentação de emenda pelo Colégio de Líderes, antes da apreciação em segundo turno de reunião plenária, o Projeto de Lei n. 885/2019 retornou à Comissão de Legislação e Justiça para emissão de parecer sobre todas as emendas apresentadas ao projeto, nos termos do §4º do art. 128 do Regimento Interno.

Assim, devidamente instruído e recebido pelo Presidente desta Comissão, fui designada relatora para a análise de constitucionalidade, legalidade e regimentalidade das Emendas e Subemendas apresentadas, e é nesta condição que passo a fundamentar o presente parecer.

2. FUNDAMENTAÇÃO

O Projeto de Lei n. 885/2019, conforme justificativa apresentada ao texto originário, “decorre da necessidade de adequação da legislação em vigor, com o fim de desburocratizar, simplificar, racionalizar, tornar mais transparente e conferir eficiência ao procedimento de autorização para a realização de eventos”.

Com efeito, “trata-se de uniformização e atualização da legislação aplicável ao tema, mediante a revisão de conceitos estabelecidos por legislação esparsa com o objetivo de definir os diferentes tipos de eventos, reservando a autorização para aqueles que realmente geram impacto na cidade”.

Quanto à tramitação do projeto, inicialmente, cumpre destacar que foram apresentas

PROTOCOLIZADO CONFORME
DELIBERAÇÃO Nº 14/2021
DATA: 12/11/2021
HORA: 14:20:48



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

54 Emendas ao Projeto e 35 Subemendas à Emenda n. 47/2019 ao Projeto n. 885/2019.

No entanto, as Emendas n. 1, 2, 3, 4, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 33, 46, 50, 51 e 53 foram retiradas; assim como também foram retiradas de tramitação as Subemendas n. 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20 e 22 à Emenda n. 47/2019 ao Projeto.

Sendo assim, passo a emitir o parecer das Emendas n. 5 a 12, 31, 32, 34 a 45, 47 a 49, 52 e 54, e das Subemendas n. 21, e n. 23 a 35 à Emenda 47.

As Emendas n. 5, 6, 9, 11, 31 todas de autoria do Vereador Gabriel, visam suprimir, respectivamente, o § 2º do art. 8º; o art. 11; §1º e o §2º do art. 18; art. 23; e o inciso I do § 1º do art. 6º do texto originário do PL 885/2019.

A Emenda n. 39, de autoria das vereadoras Bella Gonçalves e Cida Falabella, visa suprimir o inciso II do art. 27 do Projeto de Lei; sendo que a Emenda n. 48, de autoria do Vereador Fernando Luiz, pretende a supressão do art. 29 do texto originário.

As Emendas Substitutivas n. 7, 8, 10, 12 e 32, todas de autoria do Vereador Gabriel, visam dar nova redação, respectivamente, ao inciso I do art. 12; ao o §1º do art. 17; ao §1º do art. 20; à alínea "c" inciso I do art. 33; e ao §1º do art. 10, nos seguintes termos:

Art. 12 (...) I - Instalação de sanitários móveis no local quando o público estimado e a duração do evento assim exigir;

Art. 17 - (...) §1º - Compreende-se na proibição prevista no caput a troca de ingresso por itens ou produtos de qualquer natureza, salvo a doação de itens ou alimentos destinados para fins socialmente relevantes no município de Belo Horizonte e a doação espontânea pelo frequentador do evento.

Art. 20 - (...) §1º - A autorização será concedida em caráter precário e temporário, podendo ser revogada a qualquer tempo sem ônus para o Município, excetuando a devolução das taxas já pagas na forma do Art. 24, corrigidas monetariamente.

Art. 33 - (...) I - (...) c - declaração subestimada, do promotor o evento, em relação à estimativa de público, enquadrando-o em categoria inferior ao evento efetivamente realizado, nos casos em que houver controle de acesso.

Art. 10... §1º - Compreende-se na proibição prevista no inciso I a troca de ingresso por itens ou produtos de qualquer natureza, salvo a doação de itens ou alimentos destinadas para fins socialmente relevantes no município de Belo Horizonte e a doação espontânea realizada pelo frequentador do evento.

As Emendas Substitutivas n. 34, 36, 40, 41, 42, 43 e 52, todas de autoria das Vereadoras Bella Gonçalves e Cida Falabella, visam dar nova redação, respectivamente, ao caput do art. 1º; ao art. 7º; ao § 1º do art. 2; ao §2º do art. 20; ao §1º do art. 20; ao art. 13; e ao caput do art. 22 do texto originário do PL, nos seguintes termos:



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Art. 1º - A realização de eventos e manifestações populares, artísticas, tradicionais ou culturais no Município deverá observar os procedimentos estabelecidos nesta lei, para a concessão das respectivas autorizações.

Art. 7º - É vedada a autorização de eventos que contenham temática discriminatória e/ou ofensiva relacionada a: I - Diversidade religiosa, racial, étnica, de gênero e de orientação sexual; II - Demais formas de preconceitos estabelecidos no inciso IV do Art. 3º da Constituição Federal.

Art. 21 - (...) § 1º - O órgão responsável pela autorização de eventos no Município poderá, em casos excepcionais, quando motivado por interesse público, sempre mediante justificativa por escrito e com antecedência mínima que permita ao produtor a realocação do evento, revogar o agendamento prévio.

Art. 20 - (...) § 2º - A autorização poderá ser condicionada a parecer de órgão ou entidade do Poder Executivo, em especial daqueles relacionados à proteção do patrimônio e à segurança pública, ficando garantido aos promotores dos eventos acesso aos pareceres e prazo razoável para recurso administrativo ou para a adequação e regularização do evento.

Art. 20 - (...) § 1º - A autorização será concedida em caráter precário e temporário, podendo ser revogada a qualquer tempo sem ônus para o Município mediante justificativa por escrito.

Art. 13 - O Poder Executivo poderá exigir que o responsável pela realização de eventos das Categorias 4, 5 e 6 previstos no art. 19 desta Lei em praças públicas preste caução para cobertura de eventuais danos ao patrimônio público.

Art. 22 - Fica criada a Comissão Permanente de Análise de Eventos, composta de membros da Sociedade Civil de forma paritária com o Poder Público, que deliberará sobre o agendamento de eventos em logradouros públicos por meio de parecer, a qual deverá considerar: (...)

A Emenda Substitutiva n. 35, também de autoria das Vereadoras Bella Gonçalves e Cida Falabella, visa substituir a integralidade da Seção II do Capítulo II do texto originário do projeto.

As Emendas Aditivas n. 37, 38, 44 e 45, também de autoria das Vereadoras Bella Gonçalves e Cida Falabella, visam acrescentar, respectivamente, um parágrafo ao art. 10º; um novo parágrafo ao art. 11; artigo à Seção VI do Capítulo III; e o inciso IV ao art. 12 do Projeto de Lei n. 885/2019, conforme redações abaixo:

Art. 10 - (...) § - Nos eventos promovidos pelo Executivo, total ou parcialmente financiados com recursos públicos, classificados nas categorias 5 e 6 previstas no art. 19 desta Lei, é vedado o estabelecimento de monopólio ou a concessão de permissões para comercialização de bebidas exclusivamente a pessoas jurídicas, devendo ser reservadas vagas para comercialização de tais produtos para o fomento da economia popular.

Art. 11 - (...) § - O Poder Executivo oferecerá capacitação para a realização dos



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

eventos e manifestações previstos nesta Lei, bem como disponibilizará material informativo impresso que elucide sobre os trâmites necessários para a formalização do pedido de licenciamento.

Acrescenta artigo à Seção VI do Capítulo III: "Art. ____ - Fica garantida a isenção de taxas de licenciamento e reserva para os eventos enquadrados na Categoria 1."

Art. 12 – (...) IV - Nos eventos promovidos pelo Executivo, será garantida a destinação dos resíduos sólidos para reciclagem e estimulada essa prática nos eventos de natureza privada.

Por sua vez, a Emenda-substitutivo n. 47, de autoria do Executivo, nos termos da mensagem apresentada em conjunto com a referida Emenda, é fruto de debate e reuniões realizadas entre o Executivo, os parlamentares desta Casa Legislativa e os produtores de eventos culturais, em que se buscou consenso sobre determinados temas. Nesse sentido, veja os principais pontos de alteração do texto:

Nesse contexto, após reuniões com parlamentares desta Casa Legislativa e os produtores de eventos culturais, buscando consensos sobre determinados temas, o substitutivo contempla propostas visando facilitar e desonerar a realização de eventos de menor porte quanto à obrigação de instalação de sanitários móveis e explicitar que a necessidade de caução par cobertura de eventuais danos ao patrimônio público somente se aplica a eventos em praças públicas tombadas ou objeto de proteção cultural. Esses pontos foram contemplados nas propostas de alteração dos arts. 12 e 13, bem como do Item 1.6 do Anexo.

Ademais, este substitutivo contempla proposta de incentivo e desoneração para a realização de eventos culturais classificados na Categoria 1, em casos específicos, previstos no parágrafo único do art. 27 deste substitutivo.

Foi incluída também proposta de alteração da área máxima para enquadramento do evento na Categoria 1, que passou de 150m²(cento e cinquenta metros quadrados) para 500m² (quinhentos metros quadrados), visando conciliar a área prevista para o evento em relação ao público máximo estimado para essa categoria, considerando as questões de conforto e segurança dos participantes. Esta questão está prevista no inciso VII do §1º e § 3º do 9 do projeto de lei.

(...)

Por fim, foi proposta também a exclusão dos itens que traziam obrigatoriedade de apresentação de "Laudo Técnico Descritivo das Condições de Segurança", prevista originalmente nos itens 11.3, IV.2, VI.7, VI.10.b do Anexo. Tal proposta, no espírito de desburocratização e simplificação dos procedimentos administrativos envolvidos, visa evitar a exigência em duplicidade de documentos técnicos já abarcados em outros itens do anexo, considerando que a análise do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais e as ART e RRT de estruturas e equipamentos relativas aos eventos continuarão a ser exigidas.

A proposta almeja reafirmar o compromisso do Poder Executivo pela busca de uma cidade planejada e justa, na qual seja possível conciliar o bem-estar da população e o desenvolvimento das atividades econômicas e de lazer do Município.

A referida Emenda n. 47 recebeu diversas Subemendas, sendo que serão apreciadas neste parecer as Subemendas n. 21, e n. 23 a 35 à Emenda 47, uma vez que as demais foram



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

retiradas de tramitação.

Quanto a Emenda Aditiva n. 48, de autoria do Vereador Fernando Luiz, objetiva conferir nova redação ao § 1º do art. 4º:

Art. 4º - (...) § 1º - As manifestações descritas no caput deverão ser gratuitas, ter duração limitada a quatro horas e não poderão ocorrer antes das 08:00 e nem ultrapassar às 22:00, sendo admitida: I - colocação de tablado de altura e metragem conforme especificações definidas pelo Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais - CBMMG; II - utilização de som mecânico, observados os parâmetros estabelecidos na legislação de controle de ruídos; III - aceitação de contribuições dos espectadores, desde que oferecidas espontaneamente.

Por fim, a Emenda-substitutivo n. 54, de autoria do Colégio de Líderes, composto pelos vereadores Ver.(a) Álvaro Damião, Ver.(a) Bella Gonçalves, Ver.(a) Bruno Miranda, Ver.(a) Dr. Célio Frois, Ver.(a) Gabriel, Ver.(a) Helinho da Farmácia, Ver.(a) José Ferreira, Ver.(a) Macaé Evaristo, Ver.(a) Marcela Trópia, Ver.(a) Professor Claudiney Dulim, Ver.(a) Rogerio Alkimim e Ver.(a) Wesley, visa substituir na integralidade o texto do projeto originário.

Após breve explanação do mérito, passo a análise que compete a esta Comissão, nos termos do art. 52, I, “a”, do Regimento Interno.

2.1. DA CONSTITUCIONALIDADE

A análise da constitucionalidade de determinada proposição ou emenda corresponde à avaliação de sua compatibilidade com as regras e princípios, de caráter procedimental, formal ou material previstos pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CRFB), considerando-se sua pertinência em relação ao poder de iniciativa e à competência legislativa no âmbito do Poder em que se manifesta.

O reconhecimento da supremacia da Constituição Federal e de sua força vinculante em relação aos Poderes Públicos torna inevitável a discussão sobre as formas e modos para sua legítima defesa e sobre a necessidade de Controle de Constitucionalidade dos atos do Poder Público, especialmente das leis e atos normativos.

Ao Poder Legislativo municipal cabe o controle de constitucionalidade preventivo, antes do nascimento jurídico da lei ou ato normativo, impedindo que o objeto contrário à Constituição da República ou à Constituição Estadual contamine o ordenamento jurídico.

No que se refere às Emendas n. 5, 6, 9, 11, 31, 39 e 48, uma vez que estas consistem basicamente na adequação do texto do projeto originário, com a supressão de dispositivos, não incorrem em violação às normas constitucionais.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

No que se referem às Emendas Substitutivas (n. 7, 8, 10, 12, 32), apresentadas pelo Vereador Gabriel, também não vislumbro violação aos princípios e normas constitucionais, senão vejamos.

A Emenda Substitutiva n. 7, visa conceder à proposição proporcionalidade e razoabilidade ao prever que a instalação de sanitários móveis deve ser requerida apenas nos casos em que houver público estimado relevante e a duração do evento assim o exigir. Desse modo, cumpre princípios constitucionais e gerais de direito.

A Emenda Substitutiva n. 8, visa aprimorar o “espírito da lei” no sentido de contribuir para que seja dada ao uso do espaço público, nos casos de doação espontânea, contrapartida para fins socialmente relevantes. Tal redação vai ao encontro do que aduz o art. 3º, III, da Constituição Federal: “erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais”.

A Emenda Substitutiva n. 10, visa aperfeiçoar a proposição no que se refere à possibilidade de revogação da autorização pelo Município, garantindo que, nesses casos, as taxas pagas pelo promotor do evento serão devidamente devolvidas com a aplicação de correção monetária. Tal previsão além de impedir o enriquecimento sem causa do Estado, garante razoabilidade, proporcionalidade e segurança jurídica, em observância aos preceitos constitucionais.

A Emenda Substitutiva n. 12, visa alterar a redação com o intuito de completar o sentido da proposição originária, ao instituir que a imputação da penalidade de interdição e multa, previstas no art. 33, inciso I, em caso de declaração subestimada em relação à estimativa de público, somente será aplicada para os eventos em que houver possibilidade de controle de acesso do público. De tal modo, verifica-se que a referida emenda visa garantir razoabilidade e segurança jurídica para a medida, uma vez que nos casos em que não for possível o controle e restrição do público não há como confirmar a ocorrência de declaração subestimada pelo promotor de eventos.

A Emenda Substitutiva n. 32 tem a mesma redação da Emenda n. 8, e, portanto, o tratamento e fundamento são os mesmos supracitados. Ela visa aprimorar o “espírito da lei” no sentido de contribuir para que seja dada ao uso do espaço público, nos casos de doação espontânea, contrapartida para fins socialmente relevantes. Tal redação vai ao encontro do que aduz o art. 3º, III, da Constituição Federal: “*erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais*”.

Quanto as Emendas Substitutivas apresentadas pelas Vereadoras Bella Gonçalves e Cida Falabella (n. 34, 35, 36, 40, 41, 42, 43 e 52), também não vislumbro a ocorrência de inconstitucionalidade, nos termos adiante expostos



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

A Emenda Substitutiva n. 34, confere nova redação ao caput do art. 1º do projeto, acrescentando o termo “tradicionais” ao rol de manifestações que devem observar os procedimentos estabelecidos na lei. Por ser mero acréscimo textual, manifesto-me pela constitucionalidade da emenda.

A Emenda Substitutiva n. 35, dá nova redação à Seção II do Capítulo II do PL 885/2019, que trata sobre as Manifestações Artísticas, Culturais e Tradicionais, fazendo alterações textuais que não geram inconstitucionalidades.

A Emenda Substitutiva n. 36, dá nova redação ao art. 7º do projeto, a fim de vedar a autorização a eventos de que contenham temática discriminatória e/ou ofensiva. Ainda, a emenda retira o inciso I do artigo, que vedada a realização de eventos cuja temática constitua crime ou contravenção penal, na forma da lei. Tratando-se de mera modificação interpretativa e supressiva do texto, não vislumbro inconstitucionalidade.

A Emenda Substitutiva n. 40, dá nova redação ao §1º do art. 21 do projeto, determinando que a revogação do agendamento do evento se dará em casos excepcionais, quando motivado por interesse público, sempre mediante justificativa por escrito e com antecedência mínima que permita ao produtor a realocação do evento. A emenda visa dar garantias legais ao processo, em observância aos preceitos constitucionais.

A Emenda Substitutiva n. 41, dá nova redação ao §2º do art. 20 do projeto, garantindo aos promotores dos eventos acesso aos pareceres do executivo quanto a autorização, e prazo razoável para recurso administrativo ou para a adequação e regularização do evento. A emenda visa dar garantias legais ao processo, razão pela qual é constitucional.

A Emenda Substitutiva n. 42, dá nova redação ao §1º do art. 20 do projeto, determinando que a revogação da concessão seja mediante justificativa por escrito. A emenda visa ampliar a transparência nos procedimentos, em atendimentos às normas constitucionais.

A Emenda Substitutiva n. 43, dá nova redação ao art. 13 do projeto, determinado que o Poder Executivo poderá exigir que o responsável pela realização de eventos com mais de três mil pessoas em praças públicas preste caução para cobertura de eventuais danos ao patrimônio público. A emenda é mera ampliação do disposto no artigo, portanto não apresenta qualquer inconstitucionalidade.

A Emenda Substitutiva n. 52, dá nova redação ao caput do art. 22 do projeto, determinando que a Comissão Permanente de Análise de Eventos será composta de membros da Sociedade Civil de forma paritária com o Poder Público. A emenda visa acrescentar dispositivos de regulamentação ao órgão, portanto, constitucional



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

No que se refere as Emendas Aditivas apresentadas pelas Vereadoras Bella Gonçalves e Cida Falabella (Emendas n. 37, 38, 44 e 45), verifica-se a inconstitucionalidade da emenda n. 38 e a constitucionalidade das demais, conforme adiante exposto.

A Emenda Aditiva n. 37, visa acrescentar parágrafo ao art. 10, a fim de proibir o estabelecimento de monopólio ou a comercialização de bebidas exclusivamente por pessoas jurídicas, nos eventos de grande porte promovidos pelo Executivo. Assim, ao pretender incentivar a economia popular vai ao encontro do que aduz o art. 3º, I e III, da Constituição Federal, a saber: *“I - construir uma sociedade livre, justa e solidária; III-“ erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais”*. Acrescentei, pois faltava análise.

A Emenda Aditiva n. 38, visa acrescentar parágrafo ao art. 11, obrigando que o Poder Executivo ofereça capacitação para a realização dos eventos previstos no projeto, bem como impõe a necessidade de fornecimento de material informativo impresso que elucide sobre os trâmites necessários para a formalização do pedido de licenciamento. Todavia, observa-se que a criação do aludido parágrafo implica em criação de obrigação e atribuição ao Poder Executivo, o que é vedado pelo ordenamento constitucional, uma vez que acarreta na violação ao princípio da separação do poderes, nos termos do art. 2º da Constituição Federal.

A Emenda Aditiva n. 44, visa garantir a isenção de taxas de licenciamento para os eventos enquadrados na Categoria 1, ou seja, aqueles que descritos no § 1º, do art. 19: “contam com participação de até duzentas e cinquenta pessoas e que apresente as seguintes características: I — não utilize barreiras que restrinjam a circulação do público; II — não utilize estruturas como palcos, arquibancadas, coberturas ou iluminação, admitindo-se tablados e tendas, conforme limites previstos em regulamento; III— não tenha realização de shows; IV — não tenha instalação de barracas para venda de produtos além de comida e bebida; V — não tenha instalação de engenho de publicidade; VI — não seja realizado em praça pública tombada ou objeto de proteção cultural”.

O espaço público é entendido como aquele de uso comum e de posse de todos, que pode ser acessado livremente por qualquer cidadão, sem custo. Por esta concepção democrática, é um local que permite a expressão da diversidade, encontros entre cidadãos e manifestações cívicas. Conforme se verifica das supracitadas características atribuídas a essa categoria, o acréscimo dessa redação é expressão do art. 5º, inciso XVI da Constituição Federal: “todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

exigido prévio aviso à autoridade competente”. Em outras palavras, nada mais é do que a reafirmação dos princípios de liberdade e em última análise do próprio Estado Democrático de Direito.

A Emenda Aditiva n. 45, visa acrescentar inciso ao art. 12, estabelecendo que nos eventos promovidos pelo Executivo haverá a garantia da destinação dos resíduos sólidos para reciclagem, devendo tal prática ser estimulada nos eventos de natureza privada. Tal proposição está de acordo com os preceitos e normas constitucionais, uma vez que visa estimular o desenvolvimento sustentável, garantindo um meio ambiente ecologicamente equilibrado, em observância aos arts. 225 e seguintes da Constituição Federal.

A Emenda-substitutivo n. 47, assim como as Subemendas apresentadas, estão em consonância com o art. 30, inciso I da Constituição da República, que reserva ao Município a competência para "legislar sobre assuntos de interesse local". No mesmo sentido a disciplina contida no art. 169 da Carta Mineira que, ao tratar da competência legislativa do Município, ratificou a sua competência para legislar sobre assuntos de interesse local.

Nesse sentido, quanto à constitucionalidade, a referida Emenda e Subemendas são adequadas, não ferindo a Constituição da República e tampouco a Carta Mineira, com exceção da Subemenda n. 25 à Emenda n. 47, conforme passo a expor.

A Subemenda n. 21 à Emenda n. 47, de autoria das Vereadoras Bella Gonçalves e Cida Falabella, confere nova redação ao art. 1º da Emenda n. 47, acrescentando o termo “tradicionais” ao rol de manifestações que devem observar os procedimentos estabelecidos na lei. Por ser mero acréscimo textual, manifesto-me pela constitucionalidade da emenda.

A Subemenda n. 23 à emenda 47, de autoria das Vereadoras Bella Gonçalves e Cida Falabella, dá nova redação ao art. 7º da Emenda n. 47, a fim de vedar a autorização a eventos de que contenham temática discriminatória e/ou ofensiva. Ainda, a emenda retira o inciso I do artigo, que vedada a realização de eventos cuja temática constitua crime ou contravenção penal, na forma da lei. Tratando-se de mera modificação interpretativa e supressiva do texto, não vislumbro inconstitucionalidade.

A Subemenda n. 24 à Emenda n. 47, de autoria das Vereadoras Bella Gonçalves e Cida Falabella, adiciona ao art. 10 da Emenda n. 47 novo parágrafo determinando que em eventos de categoria 5 e 6, quais sejam eventos com mais de 10 mil pessoas “é vedado o estabelecimento de monopólio ou a concessão de permissões para comercialização de bebidas exclusivamente a pessoas jurídicas, devendo ser reservadas vagas para comercialização de tais produtos para o fomento da economia popular.” A emenda visa coibir práticas de monopólio, sendo assim entendendo que não ultrapassa os limites constitucionais, nos mesmos termos da análise quanto a



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Emenda n. 37.

A Subemenda n. 25 à Emenda n. 47, de autoria das Vereadoras Bella Gonçalves e Cida Falabella, que adiciona novo parágrafo ao art. 11 da Emenda n. 47, determinado que o Executivo ofereça capacitação para a realização dos eventos bem como disponibilize material educativo. Manifesto pela inconstitucionalidade da referida Subemenda, nos mesmos termos das considerações quanto a Emenda Aditiva n. 38, uma vez que tal proposição cria determinações para o executivo, e adentra na esfera de atuação da administração pública, violando o princípio da separação dos poderes, insculpido no art. 2º da Constituição Federal.

A Subemenda n. 27 à Emenda n. 47, de autoria das Vereadoras Bella Gonçalves e Cida Falabella, dá nova redação ao art. 13 da Emenda nº 47, determinado que o Poder Executivo poderá exigir que o responsável pela realização de eventos com mais de três mil pessoas em praças públicas preste caução para cobertura de eventuais danos ao patrimônio público. A Subemenda é mera ampliação do disposto no artigo, portanto não apresenta inconstitucionalidade.

A Subemenda n. 29 à Emenda n. 47, de autoria das Vereadoras Bella Gonçalves e Cida Falabella, dá nova redação ao §1º do art. 20 da Emenda nº 47, determinando que a revogação da concessão seja mediante justificativa por escrito. A emenda visa ampliar a transparência nos procedimentos, portanto, vai ao encontro dos preceitos constitucionais.

A Subemenda n. 30 à Emenda n. 47, de autoria das Vereadoras Bella Gonçalves e Cida Falabella, dá nova redação ao §2º do art. 20 da Emenda nº 47, garantindo aos promotores dos eventos acesso aos pareceres do executivo quanto a autorização, e prazo razoável para recurso administrativo ou para a adequação e regularização do evento. A emenda visa dar garantias legais ao processo, em observância às normas constitucionais.

A Subemenda n. 31 à Emenda n. 47, de autoria das Vereadoras Bella Gonçalves e Cida Falabella, dá nova redação ao §1º do art. 21 da Emenda nº 47, determinando que a revogação do agendamento do evento se dará em casos excepcionais, quando motivado por interesse público, sempre mediante justificativa por escrito e com antecedência mínima que permita ao produtor a realocação do evento. A emenda visa dar garantias legais ao processo, em atendimento à Constituição Federal.

A Subemenda n. 32 à Emenda n. 47, de autoria das Vereadoras Bella Gonçalves e Cida Falabella, dá nova redação ao caput do art. 22 da Emenda nº 47, determinando que a Comissão Permanente de Análise de Eventos será composta de membros da Sociedade Civil de forma paritária com o Poder Público. A emenda visa acrescentar dispositivos de regulamentação ao órgão, portanto, não vislumbro inconstitucionalidade.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

A Subemenda n. 33 à Emenda n. 47, de autoria das Vereadoras Bella Gonçalves e Cida Falabella, suprime o inciso II do art. 27 da Emenda nº 47. A Subemenda trata-se de mera supressão, sendo assim não há inconstitucionalidade.

A Subemenda n. 34 à Emenda n. 47, de autoria múltipla, acrescenta ao art. 20 do Substitutivo n. 47 determinação que eventos considerados de pequeno, médio e grande porte a serem realizados em logradouro público, parque ou espaço não edificado, procurarão respeitar um raio de distância mínimo de 200 (duzentos) metros de hospitais, casas de repouso e templos de qualquer culto. A Subemenda visa tutelar o direito de terceiros, não violando preceitos constitucionais.

A Subemenda n. 35 à Emenda n. 47, de autoria múltipla, substitui o art. 9º do Substitutivo 47, definindo eventos considerados especiais e critérios de regulamentação destes. A Subemenda tão somente acrescenta definições em um rol aberto, portanto, não vislumbro inconstitucionalidade.

A Emenda Substitutiva n. 48, de autoria do Vereador Fernando Luiz, também consiste em proposição constitucional. Trata-se de Emenda que visa alterar basicamente o inciso I, do § 1º, do art. 4º do Projeto, visando prever que a colocação de tablados deverá observar as especificações técnicas definidas pelo Corpo de Bombeiros de Minas Gerais. Tal previsão, garante maior segurança aos eventos, à medida que esse órgão competente para avaliar eventuais riscos, nos termos do inciso III, art. 3º da Lei Complementar Estadual 54/99: “Coordenar a elaboração de normas relativas à segurança das pessoas e dos seus bens contra incêndios e pânico e outras previstas em lei, no Estado”.

Por fim, o Substitutivo-Emenda n. 54 visa substituir o texto original do Projeto de Lei n.º 855\19. Cumpre observar, que a presente proposição adentra território sensível no quesito direitos e garantias fundamentais, ao trazer regras que vão de encontro com os mandamentos de liberdade da Carta Magna, o que o torna de plano inconstitucional. Cabe ao Poder Executivo, não ao Poder Legislativo, estabelecer, por meio de ato normativo específico – Portaria – os casos de liberação ou proibição de realização de eventos. Os dispositivos colocados remetem a uma clara violação da liberdade de ir e vir, assim como do direito de reunião, ambos insculpidos no Art. 5º da CF\88, a saber: “XV- é livre a locomoção no território nacional em tempos de paz, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens”; “XVI- todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

mesmo local sendo, apenas exigido prévio aviso à autoridade competente. Além disso, outro ponto no qual a Emenda peca, é que não se deve definir por meio de Lei o que é ou não manifestação artística e quais são os meios pelos quais o cidadão pode exteriorizá-la. O inciso IX da CF\88 institui que: *“IX- é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença prévia.* Pelo exposto, opino pela inconstitucionalidade da Emenda de n.º 54.

Sendo assim, concluo pela constitucionalidade das Emendas n. 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 31, 32, 34, 35, 36, 37, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 47, 48 e 52 e das Subemendas n. 23, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34 e 35 à Emenda n. 47; e pela inconstitucionalidade da Emenda n. 38, da Subemenda 25 à Emenda 47 e da Emenda-substitutivo n. 54.

2.2. DA LEGALIDADE

A análise de legalidade consiste na verificação de compatibilidade da proposição com as leis gerais federais, as leis estaduais pertinentes e a Lei Orgânica Municipal.

Quanto a este ponto, verifica-se que as Emendas 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 31, 32, 34, 35, 36, 37, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 47, 48 e 52 e das Subemendas n. 23, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34 e 35 à Emenda n. 47, estão de acordo com o ordenamento jurídico e não apresentam qualquer violação à legislação vigente sobre o tema, pelos mesmos motivos apresentados quanto ao aspecto da constitucionalidade.

A Emenda Aditiva n. 38, visa acrescentar parágrafo ao art. 11, obrigando que o Poder Executivo ofereça capacitação para a realização dos eventos previstos no projeto, bem como impõe a necessidade de fornecimento de material informativo impresso que elucide sobre os trâmites necessários para a formalização do pedido de licenciamento. Todavia, observa-se que a criação do aludido parágrafo implica em aumento de despesas sem estimativa do respectivo impacto orçamentário. Nesse sentido, ausente estimativa de impacto, a pretensão viola a Lei de Responsabilidade Fiscal, eis que cria despesa sem prévia e necessária previsão orçamentária, violando o arts. 14 e 16 da Lei de Responsabilidade Fiscal e o art. 134, I e II da LOMBH, incorrendo, portanto, em ilegalidade.

A Emenda Aditiva n. 45, visa acrescentar inciso ao art. 12, estabelecendo que nos eventos promovidos pelo Executivo haverá a garantia da destinação dos resíduos sólidos para reciclagem. Em que pese a louvável intenção de se realizar melhorias que visem o desenvolvimento sustentável, verifica-se que a criação do aludido inciso implica em aumento de



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

despesas sem estimativa do respectivo impacto orçamentário. Nesse sentido, ausente estimativa de impacto, a pretensão viola a Lei de Responsabilidade Fiscal (art. 14 e 16), assim como o art. 134, I e II da LOMBH, incorrendo, portanto, em inconstitucionalidade.

A Emenda-substitutivo n. 47, de autoria do executivo, é um substitutivo emenda que visa adequar o projeto em alguns pontos. Não vislumbro ilegalidades nas alterações formuladas, que manteve o teor original do projeto.

A Subemenda n. 25 à Emenda n. 47, de autoria das Vereadoras Bella Gonçalves e Cida Falabella, adiciona ao art. 11 da Emenda n. 47 novo parágrafo, determinado que o Executivo ofereça capacitação para a realização dos eventos bem como disponibilize material educativo. Manifesto pela ilegalidade da Subemenda uma vez que cria gastos ao poder público sem previsão orçamentária, em desconformidade a lei de responsabilidade fiscal, nos mesmos termos da análise proferida quanto a Emenda n. 38.

A Subemenda n. 26 à Emenda n. 47, de autoria das Vereadoras Bella Gonçalves e Cida Falabella, adiciona ao art. 12 da Emenda n. 47 inciso determinado que “em eventos promovidos pelo Executivo, será garantida a destinação dos resíduos sólidos para reciclagem e estimulada essa prática nos eventos de natureza privada.” A Subemenda apresenta vícios de legalidade, conforme entendimento proferido em relação à Emenda n. 45.

Em relação a Emenda n. 54, uma vez que inconstitucional, verifica-se, via de consequência a sua ilegalidade.

De tal modo, entendo pela legalidade das Emendas n. 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12 31, 32, 34, 35, 36, 37, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 47, 48 e 52 e das Subemendas n. 23, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34 e 35 à Emenda n. 47; e pela ilegalidade da Emenda n. 38, 45 e 54, assim como das Subemendas n. 25 e 26 à Emenda n. 47, apresentadas ao PL 885/2021.

2.3. DA REGIMENTALIDADE

Por fim, verifica-se a regular tramitação e compatibilidade da proposição com os pressupostos regimentais de clareza e técnica legislativa, conforme dispõe os art. 98 e 99 do Regimento Interno, razão pela qual concluo pela regimentalidade das Emendas ao Projeto de Lei n. 885/2019.

3. CONCLUSÃO



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Em face ao exposto, concluo pela constitucionalidade, legalidade e regimentalidade das Emendas n. 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 31, 32, 34, 35, 36, 37, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 47, 48 e 52 e das Subemendas n. 23, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34 e 35 à Emenda n. 47; pela inconstitucionalidade, ilegalidade e regimentalidade da Emenda n. 38 e 54, e da Subemenda 25 à Emenda 47; pela constitucionalidade, ilegalidade e regimentalidade da Emenda n. 45 e da Subemenda n. 26 à Emenda n. 47, apresentadas ao PL 885/2021.

Belo Horizonte, 12 de novembro de 2021.

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Fernanda', written in a cursive style.

VEREADORA FERNANDA PEREIRA ALTOÉ
RELATORA



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

PARECER EM 2º TURNO

PROJETO DE LEI N. 151/2021

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA

1. RELATÓRIO

Vêm à Comissão de Legislação e Justiça, em segundo turno de discussão e votação nesta Casa Legislativa, duas Emendas e quatro Subemendas ao Projeto de Lei n. 151/2021, que “Proíbe a realização de tatuagem e a colocação de piercing, com fins estéticos, em animal”.

Após receber pareceres das Comissões a que foi distribuído, obedecendo assim ao Regimento Interno, o Projeto de Lei n. 151/2021, de autoria da Vereadora Duda Salabert e do Vereador Miltinho CGE, foi aprovado em primeiro turno de discussão em reunião plenária. Tendo a proposta recebido emendas, e sendo o segundo turno o momento oportuno para apreciação dessa espécie de proposição, conforme os dispositivos regimentais, voltou a proposta a esta Comissão de Legislação e Justiça para receber parecer.

Assim, devidamente instruído e recebido pelo Presidente desta Comissão, fui designada relatora para a análise de constitucionalidade, legalidade e regimentalidade das Emendas n. 1 e 2 e das Subemendas n. 1, 2, 3 e 4 à Emenda n. 1, e é nesta condição que passo a fundamentar o presente parecer.

2. FUNDAMENTAÇÃO

A Emenda n. 1, apresentada por esta Comissão de Legislação e Justiça, trata-se de Substitutivo-Emenda que visa: (i) adequar a redação do Projeto à técnica legislativa; (ii) suprimir o art. 5º do texto originário, face à sua inconstitucionalidade, uma vez que determinava prazo para o Poder Executivo exercer seu poder regulamentar; (iii) retirar a previsão de advertência do rol das sanções previstas no art. 2º do Projeto, por entender ser ineficaz para coibir a ação que se pretende proibir; e, ainda, (iv) estipular o valor da multa a ser aplicada, visando inibir eficaz e efetivamente a prática da tatuagem em animais, dado o seu potencial de causar sofrimento, dano físico e estético a estes, além da irreversibilidade da citada ação.

Assim, o referido Substitutivo-Emenda n. 1, pretende substituir a redação da proposição, nos seguintes termos:

PROTOCOLIZADO CONFORME
DELIBERAÇÃO Nº 14/2021
DATA. 12/11/21
HORA. 11:04:08



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

A Câmara Municipal de Belo Horizonte decreta:

Art. 1º - Ficam proibidas a feitura de tatuagem e a colocação de piercing, com fins estéticos, em animal.

Art. 2º - O descumprimento do disposto nesta lei, observado o princípio da proporcionalidade, sujeita o infrator às seguintes sanções:

I - multa;

II - suspensão do Alvará de Localização e Funcionamento;

III - cassação do Alvará de Localização e Funcionamento.

§ 1º - Para os efeitos do disposto no caput deste artigo, considera-se infrator a pessoa física que pratica a ação de tatuar ou colocar o piercing, com fins estéticos, em animal, o tutor ou responsável pelo animal e a pessoa jurídica em cujo estabelecimento se realiza os procedimentos descritos neste parágrafo.

§ 2º - A multa prevista no inciso I deste artigo será de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), devendo ser duplicada em caso de primeira reincidência, triplicada em caso de segunda reincidência e assim sucessivamente.

§ 3º - A aplicação das sanções previstas neste artigo lei poderão ser aplicadas de forma isolada ou cumulativamente, não impedindo outras sanções previstas na legislação em vigor aplicáveis a espécie.

§ 4º - Os valores das multas decorrentes da aplicação desta lei serão destinados ao Hospital Público Veterinário de Belo Horizonte.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

A Subemenda Aditiva n. 1 à Emenda n. 1, de autoria do Vereador Wanderley Porto e do Vereador Gabriel, visa acrescentar um inciso ao art. 2º do Substitutivo-Emenda n. 1, nos seguintes termos: "O tutor perderá a guarda do animal e ficará impedido de adotar outro animal durante o período de cinco anos."

As Subemendas Supressivas n. 2, 3 e 4 à Emenda n. 1, todas de autoria do Vereador Gabriel, pretendem suprimir, respectivamente, o §4º, o §2º, e o inciso I, do art. 2º do texto apresentado pelo Substitutivo-Emenda n. 1.

Por sua vez, a Emenda Aditiva n. 2, de autoria da Comissão de Meio Ambiente, Defesa dos Animais e Política Urbana, visa acrescentar o inciso IV ao art. 2º do texto originário Projeto para incluir redação idêntica à proposta na Subemenda Aditiva n. 1 à Emenda n.1, qual seja: "IV — O tutor perderá a guarda do animal e ficará impedido de adotar outro animal durante o período de cinco anos".

Após breve explanação do mérito, passo a análise que compete a esta Comissão, nos termos do art. 52, I, "a", do Regimento Interno.

2.1. DA CONSTITUCIONALIDADE

A análise da constitucionalidade de determinada proposição ou emenda corresponde à avaliação de sua compatibilidade com as regras e princípios, de caráter procedimental, formal ou material previstos pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CRFB),



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

considerando-se sua pertinência em relação ao poder de iniciativa e à competência legislativa no âmbito do Poder em que se manifesta.

O reconhecimento da supremacia da Constituição Federal e de sua força vinculante em relação aos Poderes Públicos torna inevitável a discussão sobre as formas e modos para sua legítima defesa e sobre a necessidade de Controle de Constitucionalidade dos atos do Poder Público, especialmente das leis e atos normativos.

Ao Poder Legislativo municipal cabe o controle de constitucionalidade preventivo, antes do nascimento jurídico da lei ou ato normativo, impedindo que o objeto contrário à Constituição da República ou à Constituição Estadual contamine o ordenamento jurídico.

Conforme exposto no item 2 deste parecer, “Fundamentação”, trata-se de 2 Emendas e de 4 Subemendas apresentadas à Emenda n. 1, sendo que: (i) a Emenda n. 1 é um Substitutivo-Emenda, nos termos da “fundamentação” acima; (ii) a Subemenda n. 1 à Emenda n. 1, assim como a Emenda n. 2, visam incluir novo inciso ao art. 2º para prever como sanção a perda da guarda do animal e a impossibilidade de adoção no prazo de 5 anos; (iii) as Subemendas n. 2, 3 e 4 à Emenda n. 1, visam suprimir, respectivamente, o §4º, o §2º, e o inciso I, do art. 2º do texto apresentado pelo Substitutivo-Emenda n. 1.

No que se refere ao Substitutivo-Emenda n. 1, por se tratar de adequação do texto originário para fins de se evitar as inconstitucionalidades evidenciadas no parecer apresentado por esta Comissão de Legislação e Justiça, concluo pela constitucionalidade da referida emenda.

A Emenda Aditiva n. 2, assim como a Subemenda Aditiva n.1 à Emenda n. 1, trazem a mesma redação e visam estabelecer uma nova sanção administrativa, em caso de infração ao disposto no referido projeto. Sendo assim, uma vez que a previsão de penalidade administrativa, nos termos que dispõe, trata-se de competência afeta ao Município e que tal sanção poderá coexistir com as demais, bem como com as de caráter civil e penal, não vislumbro inconstitucionalidade nas referidas proposições.

As Subemendas Supressivas n. 2, 3 e 4 à Emenda n. 1, consistem basicamente na adequação do texto do Substitutivo-Emenda, com a supressão de dispositivos, não incorrem em violação às normas constitucionais.

Sendo assim, não vislumbro vício de competência, de iniciativa ou violação aos princípios constitucionais, razão pela qual concluo pela constitucionalidade das Emendas e das Subemendas apresentadas.

2.2. DA LEGALIDADE



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

A análise de legalidade consiste na verificação de compatibilidade da proposição com as leis gerais federais, as leis estaduais pertinentes e a Lei Orgânica Municipal.

Quanto a este ponto, verifica-se que as Emendas apresentadas estão de acordo com o ordenamento jurídico e não apresentam qualquer violação à legislação vigente sobre o tema, pelos mesmos motivos apresentados quanto ao aspecto da constitucionalidade.

De tal modo, entendo pela legalidade das Emendas e Subemendas apresentadas.

2.3. DA REGIMENTALIDADE

Por fim, verifica-se a regular tramitação e compatibilidade da proposição com os pressupostos regimentais de clareza e técnica legislativa, conforme dispõe os art. 98 e 99 do Regimento Interno, razão pela qual concluo pela regimentalidade das Emendas ao Projeto de Lei n. 151/2021.

3. CONCLUSÃO

Em face ao exposto, concluo pela constitucionalidade, legalidade e regimentalidade das Emendas e Subemendas apresentadas: Substitutivo Emenda n. 1 e Emenda Aditiva n. 2 ao Projeto de Lei n. 151/2021; e Subemenda Aditiva n. 1 e Subemendas Supressivas n. 2, 3 e 4 à Emenda n. 1 ao Projeto de Lei 151/2021.

Belo Horizonte, 11 de novembro de 2021.

VEREADORA FERNANDA PEREIRA ALTOÉ
RELATORA



PARECER EM 1º TURNO SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 215/2021

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA

VOTO DO RELATOR

RELATÓRIO

Foi apresentado a esta Casa Legislativa, o Projeto de Lei nº 215/2021 de autoria do nobre Vereador Wesley, que ***"Acrescenta o inciso XVI ao art. 8º da Lei nº 11.185/19, que "Dispõe sobre o uso do sistema viário urbano do Município para a prestação de serviços de transporte individual privado remunerado de passageiros, e dá outras providências"***.

Nos termos do despacho de recebimento às fls. dos autos da proposição em análise, o Projeto de Lei nº 215/2021 foi distribuído a esta Comissão de Legislação e Justiça, sendo a mesma incumbida de avaliar a ***constitucionalidade, legalidade e regimentalidade*** do referido projeto, nos moldes do art. 52, I, "a", do Regimento Interno.

Fui designado relator para exame da matéria e nessa condição, emito o presente voto, tudo em conformidade com o artigo 85 e demais dispositivos afins do Regimento Interno da Câmara Municipal de Belo Horizonte.

1) Fundamentação

O Projeto de Lei nº 215/2021 alvo deste parecer, tem por objetivo fazer com que o Operador de Transporte Individual Remunerado - OTIR, disponibilize um demonstrativo do valor cobrado pela prestação de serviços com a especificação do valor a ser recebido pelo OTIR, o valor a ser recebido pelo motorista, os impostos cobrados e as taxas municipais aplicáveis.

DT: 10/11/2021 12:02:00 00376-1/2



Em suma, o Autor do PL justifica sua iniciativa sob a seguinte argumentação:

“Hoje as empresas Operadoras de Transporte Individual Remunerado - OTIR - não fornecem para todos os seus usuários as informações pertinentes à corrida. Como também, somente o motorista recebe o demonstrativo de pagamento com todas as informações econômicas da viagem.

Todavia, seria de grande valia que essa transparência ocorresse para todos os usuários da plataforma, contendo toda a discriminação dos pagamentos, como impostos e demais taxas, garantindo que o passageiro tenha acesso às taxas e aos tributos sobre o serviço ofertado.”

Entretanto, temos que a análise do mérito do presente Projeto não cabe a esta Comissão, sendo tal estudo objeto das demais comissões temáticas desta casa.

Assim, vamos nos ater a análise que é própria desta Comissão de Legislação e Justiça, isto é, os aspectos **constitucional**, **legal** e **regimental** do Projeto.

1.1) Da Constitucionalidade

Passaremos agora a análise da **constitucionalidade** do Projeto de Lei nº 215/2021.

Também conhecido por **controle de constitucionalidade preventivo**, esse momento é a oportunidade do Poder Legislativo Municipal, de avaliar a



conformidade dos Projetos de Lei nascidos nessa casa, bem como daqueles oriundos do Poder Executivo, com os princípios e preceitos das Constituições Federal e Estadual e da Lei Orgânica do Município, visando atuar de maneira preventiva no sentido de se evitar que Projetos de Lei inconstitucionais se tornem Lei.

A chamada ***inconstitucionalidade por ação*** (cuja presença será avaliada nesta oportunidade) ocorre com a produção de atos legislativos que contrariem normas ou princípios da Constituição, uma vez que deve haver uma *compatibilidade vertical* das normas da ordem jurídica de um país, no sentido que as normas de grau inferior (no caso, as Leis Municipais) somente terão validade se forem compatíveis com a de norma superior, a Constituição (Federal e Estadual).

A incompatibilidade das Leis Municipais (*normas inferiores*) com a Constituição (*norma superior*), pode se dar sob dois aspectos, ***formal*** e ***material***.

A ***inconstitucionalidade formal*** refere-se ao procedimento ou forma de elaboração da norma. A inconstitucionalidade ocorre pelo desrespeito das regras previstas na constituição para a criação de uma Lei ou norma (processo legislativo). Temos que o vício formal que ocorre com mais frequência é o vício de iniciativa, no qual um projeto de lei que versa sobre matéria privativa ou reservada a um determinado ente ou autoridade é proposto por quem não tem a competência para tanto. O vício formal é aquele que atinge o ato em seu processo de elaboração.

A ***inconstitucionalidade material*** ocorre quando o teor das Leis contraria preceito ou princípio da Constituição, isto é, está em desacordo com suas disposições, violando direitos e garantias fundamentais, contrariando dispositivos que tratam da estrutura do Estado e da organização dos Poderes.



Feitas essas considerações iniciais, passo à análise dos quesitos de constitucionalidade do PL 215/2021, primeiramente sob o foco da **iniciativa** para elaboração do mesmo.

Cada Poder tem a esfera de sua competência exclusiva, privativa ou concorrente delimitada expressamente na Constituição Federal. No que diz respeito aos Municípios e especificamente sobre o tema tratado pelo Projeto, temos o seguinte:

Art. 30. Compete aos Municípios:

- I - legislar sobre assuntos de interesse local;
- II - suplementar a legislação federal e a estadual no que couber;
- V - organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, incluído o de transporte coletivo, que tem caráter essencial;

Depreende-se da leitura do dispositivo citado que o constituinte originário outorgou aos Municípios a competência para legislar sobre o tema em questão.

Observação semelhante se faz em relação à nossa Constituição Mineira:

Art. 165 - Os Municípios do Estado de Minas Gerais integram a República Federativa do Brasil.

§ 1º - O Município, dotado de autonomia política, administrativa e financeira, organiza-se e rege-se por sua Lei Orgânica e demais leis que adotar, observados os princípios da Constituição da República e os desta Constituição.

§ 2º - Ao Município incumbe gerir interesses da população situada em área contínua do território do Estado, de extensão variável, delimitada em lei.



Art. 166 - O Município tem os seguintes objetivos prioritários:

I - gerir interesses locais, como fator essencial de desenvolvimento da comunidade;

Art. 169 - O Município exerce, em seu território, competência privativa e comum ou suplementar, a ele atribuída pela Constituição da República e por esta Constituição.

Art. 170 - A autonomia do Município se configura no exercício de competência privativa, especialmente:

VI - organização e prestação de serviços públicos de interesse local, diretamente ou sob regime de concessão, permissão ou autorização, incluído o transporte coletivo de passageiros, que tem caráter essencial.

Verifica-se que tanto em nível Federal como no Estadual, não existem quaisquer óbices ao Município para legislar acerca do tema objeto do Projeto.

Quanto ao aspecto material, temos que o Projeto de Lei 215/21 observa os preceitos e princípios da Constituição Federal e Mineira, haja vista não afrontar e nem contrariar dispositivos tais quais:

Da Constituição Federal:

Art. 2º São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

Da Constituição do Estado de Minas Gerais:

Art. 6º - São Poderes do Estado, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.



Parágrafo único - Ressalvados os casos previstos nesta Constituição, é vedado a qualquer dos Poderes delegar atribuição e, a quem for investido na função de um deles, exercer a de outro.

Art. 173 - São Poderes do Município, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo e o Executivo.

§ 1º - Ressalvados os casos previstos nesta Constituição, é vedado a qualquer dos Poderes delegar atribuições, e, a quem for investido na função de um deles, exercer a de outro.

O Projeto também caminha alinhado ao princípio da defesa do consumidor, uma vez que tem por finalidade trazer maior publicidade e transparência para o consumidor/usuário do serviço de transporte por aplicativos:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

XXXII - o Estado promoverá, na forma da lei, a defesa do consumidor;

Art. 170. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios:

V - defesa do consumidor;

Também entendemos que o Projeto não atenta contra o princípio da livre concorrência, haja vista que não impinge aos OTIR nenhuma providência que gere maiores despesas nem tampouco que venha a impactar a prestação do serviço em si.



Assim, por não violar a competência dos demais entes federativos, conforme se depreende da leitura dos dispositivos constitucionais, atendendo, dessa forma, a observância ao aspecto relacionado a competência e à iniciativa, bem como por estar de acordo com o conteúdo da Carta Magna e da Constituição Estadual, entendo pela **constitucionalidade** do Projeto de Lei 215/2021.

1.2) Da Legalidade

A análise de legalidade consiste em verificar a compatibilidade da proposição com as leis gerais federais, as leis estaduais pertinentes e a Lei Orgânica Municipal.

Aqui, a legalidade pressupõe a redução e concordância de qualquer regra com as Leis, legitimando os atos da administração pública.

Dito isto, temos que o Código de Defesa do Consumidor (Lei federal nº 8.078/90) estabelece em seu art. 6º:

Art. 6º São direitos básicos do consumidor:

III - a informação adequada e clara sobre os diferentes produtos e serviços, com especificação correta de quantidade, características, composição, qualidade, **tributos incidentes e preço**, bem como sobre os riscos que apresentem;

Em nível municipal, citamos a Lei nº 10.900/16, a qual determina que:

Art. 4º - Os serviços de transporte individual remunerado de passageiros licenciados pela BHTrans deverão contar com dispositivos de segurança e controle que possibilitem a identificação prévia dos condutores, bem como os registros dos horários, locais e **valores cobrados a cada serviço prestado**.



Por fim, na Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte, temos o art. 193 que determina:

Art. 193 - Incumbe ao Município, respeitadas as legislações federal e estadual, planejar, organizar, dirigir, coordenar, executar, delegar e controlar a prestação de serviços públicos relativos a transporte coletivo e individual de passageiros, tráfego, trânsito e sistema viário municipal.

Temos, portanto, que o PL 215/21 está em observância à legislação federal e em sintonia com a legislação municipal.

Ainda, dentro da análise da legalidade, temos outro aspecto que deve ser considerado. A lei também deve apresentar **caráter inovador**, ou seja, trazer novidade ao mundo jurídico, isto é, ser autorizada a criar regra nova de direito e a estabelecer direitos e obrigações aos indivíduos, sendo esse elemento essencial para definição de lei em seu sentido material:

“Se, por um lado, somente a lei pode inovar o ordenamento jurídico, por outro, ela só deve ser produzida se efetivamente se destinar a tal mister. Assim, uma norma que não inove o ordenamento jurídico, isto é, que não possua o atributo da novidade, será injurídica. Um exemplo é um projeto de lei que veicule comando idêntico a outro já previsto em uma lei. Tendo em vista já existir regra positiva sobre o assunto, a edição de nova norma jurídica é desnecessária, por não inovar o ordenamento.”

(OLIVEIRA, Luciano Henrique da Silva; Análise de Juridicidade de Proposições Legislativas)



Tendo em vista tal requisito, verificamos que o Projeto em análise inova o ordenamento jurídico na medida em que determina que os OTIR disponibilizem demonstrativo com informações detalhadas conforme previstas no PL 215/21.

Feitas tais considerações, votamos pela **legalidade** do Projeto de Lei 215/2021.

1.3) Da Regimentalidade

Entende-se por regimentalidade o conjunto de procedimentos e técnicas redacionais específicas para a elaboração dos textos legais, para que tanto o conteúdo quanto a forma da norma gerada expressem a exata e inequívoca vontade do legislador.

Assim, temos que o PL 215/2021 está instruído corretamente e de acordo com o Regimento Interno, haja vista os preceitos insculpidos nos arts. 99, 106 e 107 do referido diploma legal desta Casa Legislativa, não apresentando quaisquer impedimentos regimentais que impeçam o seu normal transcurso no processo legislativo municipal, verificando-se que o mesmo atende os aspectos da clareza, técnica legislativa, estilo parlamentar e não constitui matéria prejudicada.

2) Conclusão

Diante do exposto, meu parecer e voto são *pela **constitucionalidade, legalidade e regimentalidade*** do Projeto de Lei nº 215/2021.

Belo Horizonte, 09 de novembro de 2021.


Vereador Jorge Santos
Relator

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA
PARECER JURÍDICO SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 217/2021 - 1º TURNO DE
VOTAÇÃO

RELATÓRIO

O Projeto de Lei 217/2021 que “Estabelece diretrizes para as exposições justificativas de aberturas de créditos suplementares e especiais pelo Poder Executivo.” de autoria do Vereador Nikolas Ferreira, vem a esta Comissão de Legislação e Justiça, em primeiro turno de votação, para apreciação e emissão de parecer jurídico.

Tendo preenchido os requisitos para sua interposição, a presente proposição legislativa foi devidamente recebida pela presidência desta Casa Legislativa e instruído com a legislação correlata pela unidade administrativa competente.

Designado relator, passo a analisar o projeto de lei em epígrafe nos termos do art. 52, I, “a” do Regimento Interno desta Casa Legislativa.

FUNDAMENTAÇÃO

Visando a produção de normas passíveis de adentrar o ordenamento jurídico, deve o parecerista examinar os aspectos de constitucionalidade, legalidade e regimentalidade do projeto de lei, bem como verificar a presença das características comuns às normas jurídicas e o caráter inovador no ordenamento jurídico da norma. Nesse sentido o parecer jurídico a ser exarado por esse relator deve observar a juridicidade como um todo da iniciativa legislativa posta em exame, qual seja, a sua conformação com as regras, princípios, jurisprudência e costumes, portanto, com o Direito.

Passada esse breve explanação, adentremos ao exame dos requisitos formais trazidos acima.

Relativamente à juridicidade sob o aspecto da compatibilidade do projeto de lei com características exigidas das normas jurídicas em geral, observamos que o projeto de lei em questão é dotado de generalidade, ou seja, valer para todos sem distinção de qualquer natureza; abstratividade, regulamenta situações abstratamente e não casos concretos; imperatividade, traz comando impositivo que deve ser cumprido e observado por todos; e coercibilidade, a possibilidade de utilizar do aparato e poder estatal para garantir o cumprimento da norma jurídica.

Examinando a matéria constante do o projeto de lei, verificamos que inova o ordenamento jurídico.

Vencida essa etapa, passemos ao exame da juridicidade sob o aspecto da

constitucionalidade da proposição legislativa em comento.

O Projeto de Lei em tela possui como matéria a transparência dos atos administrativos na edição de Decretos de abertura de Créditos Suplementares. E examinando atentamente seu conteúdo observamos a sua conformidade com o texto constitucional. Se não, vejamos.

A proposição legislativa não adentra em matérias de competência privativa do prefeito municipal. Não se refere a sua estrutura da Administração Pública Municipal não cria atribuições para seus órgãos, nem dispõe sobre regime jurídico de servidores públicos. É o que se infere da jurisprudência consolidada no Supremo Tribunal Federal – STF:

No julgamento do ARE 878.911-RG, Rel. Min. Gilmar Mendes, em sede de repercussão geral, foi reafirmada a jurisprudência do STF no sentido de que somente não usurpa a competência privativa do chefe do Poder Executivo lei que, embora crie despesa para a Administração Pública, não trata da sua estrutura ou da atribuição de seus órgãos nem do regime jurídico de servidores públicos" (STF, 1ª Turma, rel. Min. Roberto Barroso, RE n. 1.104.765 AgR, j. 27/04/2018).

Também não afronta o art. 2º da Carta da República que contém o princípio constitucional da harmonia e independência entre os poderes. O que se observa na iniciativa legislativa em tela são diretrizes visando dar publicidade e acesso a informação a sociedade dos atos e motivos que autorizam as aberturas de crédito especial e suplementar pelo Poder Executivo. Tal medida facilita sobremaneira o exercício de fiscalização dos atos do Poder Executivo pelo Poder Legislativo.

O art. 30, I da Constituição da República de 1988 - CF/88 prevê, *in verbis*:

Art. 30. Compete aos Municípios:

- I - legislar sobre assuntos de interesse local;
- II – suplementar a legislação federal e a estadual no que couber;

(...)

Essa competência legislativa se traduz no ordenamento dos assuntos e interesses da coletividade municipal localmente pelo legislador municipal. Ao editar lei traçando diretrizes de publicidade para a exposição justificativa dos decretos do Poder Executivo de abertura de créditos suplementares e especiais, garante-se o acesso à informação e facilita-se sobremaneira, como dissemos acima, a fiscalização dos atos do Poder Executivo. Verifica-se a materialização em nível local do princípio da publicidade inserto no **caput do art. 30 da CF**.

Suplementa em nível local a legislação federal sobre a matéria, qual seja a Lei Federal nº 4.320/64, em nada colidindo com seus princípios e normas.

Vemos também embasamento constitucional para a matéria, aqui tratada, expresso no **inciso XIV do art. 5º**; no **inciso II do § 3º do art. 37** e no **art. 163-A da Constituição Federal de 1998 - CF/88**.

No exame da juridicidade da proposição legislativa sob o aspecto da legalidade, entendemos que a mesma não afronta a legislação infraconstitucional.

A matéria está conforme com a Lei Federal nº 12.527/20011, que regula o acesso à informação, em seus artigos 1º; 3º, *caput*, 5º; 6º, I e II; art. 7º, VI e art. 8º, bem como, com a Lei Federal nº 4320/64, art. 43 e com a Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte - LOMBH, em seu art. 59, que trata da fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Município.

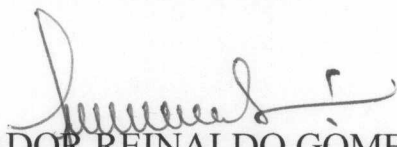
Quanto à juridicidade no que é pertinente a regimentalidade da iniciativa legislativa, não vislumbramos ofensa ao regimento interno desta Casa Legislativa.

Apesar do acima elencado, entendemos ser oportuno a apresentação de substitutivo - emenda visando alterar e adequar a redação do projeto de lei que se pretende alçar ao mundo jurídico para que esteja ainda mais em sintonia com o princípio da publicidade.

CONCLUSÃO

Por todo o exposto, opino pela constitucionalidade, legalidade e regimentalidade do Projeto de Lei nº 217/2021 com apresentação de substitutivo - emenda.

Belo Horizonte, 09 de novembro de 2021.


VEREADOR REINALDO GOMES
Relator

SUBSTITUTIVO - EMENDA Nº AO PROJETO DE LEI Nº 217/2021

Estabelece diretrizes de publicidade para as exposições justificativas de aberturas de créditos suplementares e especiais pelo Poder Executivo.

A Câmara Municipal de Belo Horizonte decreta:

Art. 1º - A publicação dos decretos de abertura de créditos suplementares e especiais editados pelo Poder Executivo seguirão as diretrizes de publicidade estabelecidas nessa lei objetivando facilitar o acesso às informações e motivos que justificaram a edição de tais instrumentos normativos.

Art. 2º - Quando da edição e publicação de decretos de abertura do crédito especial ou suplementar deverá ser publicada a respectiva exposição justificativa constando:

I - exposição circunstanciada dos motivos que justifiquem a abertura dos créditos suplementares e especiais, em cumprimento ao art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964;

II - exposição circunstanciada dos motivos que justifiquem as anulações das dotações orçamentárias propostas, acompanhados das consequências dessas anulações;

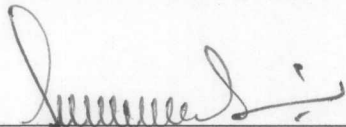
III - saldo de créditos adicionais passíveis de abertura e percentual utilizado do total autorizado na Lei Orçamentária Anual - LOA.

Parágrafo único – A publicação das exposições justificativas contendo o disposto nos incisos I e II deste artigo, assim como o saldo de créditos constante no inciso III ocorrerá juntamente com o respectivo decreto de abertura de créditos suplementares e

especiais na mesma edição do Diário Oficial do Município - DOM.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Belo horizonte, 09 de novembro de 2021.



Vereador Reinaldo Gomes Preto Sacolão

Relator

JUSTIFICATIVA

A Controladoria - Geral da União - CGU - divulgou, no dia 15/3/21, o resultado da 2ª edição da Escala Brasil Transparente - EBT - Avaliação 360°. Essa iniciativa buscou verificar o grau de cumprimento dos dispositivos da Lei de Acesso à Informação - LAI - e de outros normativos sobre transparência pública em todos os Estados, no Distrito Federal e nos 665 Municípios brasileiros com mais de 50 mil habitantes.

Enquanto Minas Gerais liderou o ranking de transparência entre os Estados, Belo Horizonte teve o segundo pior resultado entre as capitais brasileiras. Conforme o relatório emitido pela CGU, a capital mineira apresentou deficiências na divulgação de informações públicas, como relatórios de licitações e de empenhos, e em relação à falta de respostas no Sistema de Informações do Cidadão.

A falta de transparência constatada pela CGU também pode ser identificada na resposta da Prefeitura de Belo Horizonte - PBH - ao Requerimento de Comissão de nº 531/21, enviado por esta Casa ao Executivo e respondido por meio do Ofício SMGO/DALE nº 178/21. Questionada a respeito do valor total de créditos suplementares abertos do dia 15 de março de 2020 ao dia 26 de maio de 2021, sendo também pedida a especificação dos gastos, a PBH respondeu que, no período mencionado, foram abertos créditos suplementares ao orçamento no valor total de R\$ 2.726.580.672,63. Ademais, do valor total informado, somente o montante de R\$ 745.313.088 foi especificado, da seguinte forma: "Para uma análise mais pormenorizada das despesas executadas em cada uma dessas dotações, sugere-se consulta aos respectivos órgãos responsáveis."

Posto isso, resta evidenciada a necessidade de melhorias no que tange à transparência no emprego do dinheiro público dos belo-horizontinos. Por esse motivo, suscitou-se a apresentação deste projeto de lei.

Insta salientar que a PBH, ao editar os decretos de abertura de créditos suplementares, não observa os comandos legais da Lei Federal nº 4.320/64. Nos termos do art. 43 de tal lei, a abertura de créditos adicionais deve vir precedida de exposição justificativa. No entanto, o Município de Belo Horizonte não vem cumprindo esse comando legal, dificultando, assim, a fiscalização do emprego do dinheiro público.

Nesse sentido, o presente projeto de lei tem por objetivo viabilizar maior transparência na abertura de créditos suplementares no Município, exigindo as devidas justificativas para sua abertura. A propositura também possibilitará mensurar o impacto de cada cancelamento de dotações orçamentárias proposto pelo Poder Executivo.

Diante de todo o exposto, peço o apoio dos nobres vereadores desta Câmara Municipal para a aprovação de tão importante matéria.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg

Fl.

Comissão de Legislação e Justiça Proposta de Diligência sobre o Projeto de Lei nº 220/2021

Relatório

O Projeto de Lei nº 220/2021, que “Cria o Programa Educa Mais BH.”, de autoria dos Vereadores Ciro Pereira e Professora Marli, foi distribuído para esta comissão.

Designado relator para análise da matéria, apresento esta proposta de diligência, nos termos do art. 86, inciso II, do Regimento Interno.

Fundamentação

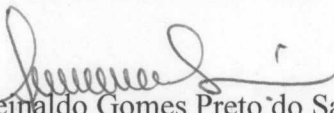
Visando exarar um parecer jurídico fundamentado por parte desta relatoria e, conseqüentemente, pela Comissão de Legislação e Justiça, em caso de sua aprovação, solicitamos que seja baixado em diligência o presente projeto de lei ao gabinete do prefeito para informar fundamentadamente:

- se é possível a operacionalização dos descontos de IPTU e a consequente oferta gratuita de vagas nos termos especificados no projeto de lei em questão;
- se existe algum óbice técnico, legal ou de outra natureza que impeça a implementação do Programa Educa Mais BH nos termos propostos no projeto de lei;
- se existe interesse e conveniência públicos na criação do programa. Em caso negativo informar e especificar o motivo.

Conclusão

Feitas essas considerações, proponho seja pedida a prestação por escrito das informações necessárias, conforme discriminado na fundamentação, ao órgão ali indicado.

Belo Horizonte, 10 de novembro de 2021.


Vereador Reinaldo Gomes Preto do Sacolão
Relator

CE-Diret. Legislativa-10-Nov-2021-13:58-003287-1/2

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA
PARECER EM TURNO ÚNICO – PROJETO DE LEI 166/2021

VOTO DO RELATOR

1. DO RELATÓRIO

Foi apresentado a esta Casa Legislativa, o Projeto de Lei em epígrafe de autoria do Vereador Wilsinho da Tabu que *Dispõe sobre denominação de próprio público municipal - "CRAS Vista Alegre", Região Oeste de Belo Horizonte.*

Às fls. 02/04 encontra-se a justificativa do Autor.

O Projeto em análise foi instruído com a legislação correlata nas folhas de nº 05/11.

Designado Relator para a matéria, solicitei diligência ao Executivo Municipal para certificar a possibilidade de sucesso do projeto em apreço. Aprovado pela Comissão de Legislação e Justiça, o requerimento retornou sem resposta (fls. 16).

Em síntese, é o relatório.

2. DA FUNDAMENTAÇÃO

Em suma, o Projeto de Lei nº 166/2021 objetiva denominar como Sr. Lirin ao imóvel onde funciona o CRAS – Centro de Referência de Assistência Social – Vista Alegre, localizado na Região Oeste, na Rua Aguanil, 425, bairro Vista Alegre.

2.1 Da Constitucionalidade

No tocante à constitucionalidade, cumpre analisar se a proposição em tela foi construída em respeito aos preceitos da Constituição da República e/ou da Constituição Estadual.

Quanto à competência, importante destacar que a Magna Carta de 1988 dispõe, no artigo 30, inciso I, que cabe aos Municípios legislar em assuntos de interesse local. No mesmo sentido disciplina o art. 171, I, da Carta Mineira que, ao tratar da competência legislativa do Município, ratificou a sua competência para legislar “sobre assuntos de interesse local”.

Art. 30. Compete aos Municípios:

I - legislar sobre assuntos de interesse local;

Art. 171 – Ao Município compete legislar:

I – sobre assuntos de interesse local, notadamente:

Portanto, o Projeto de Lei nº 166/2021, ao objetivar dar o nome de Sr. Lirin ao imóvel onde funciona o CRAS Vista Alegre, afigura-se constitucional, uma vez que se encontra em conformidade com o art. 30, inciso I, da Magna Carta de 1988 e com o art. 171, I, da Carta Mineira.

Nestes termos, a proposição em comento, sob o ponto de vista da constitucionalidade, afigura-se adequada para o ordenamento jurídico e para o alcance dos objetivos pretendidos pelo legislador.

2.2 Da Juridicidade e da Legalidade

A doutrina tem adotado o entendimento de que o princípio de juridicidade engloba o princípio da legalidade. A distinção entre ambos consiste no fato de a juridicidade encontrar-se no domínio amplo de direito. Exige-se do ato a conformidade não só com as regras jurídicas, mas, também, com a jurisprudência, os costumes, os princípios gerais de direito previstos explícita e implicitamente na Constituição. Já o princípio da legalidade, reduzido a seu sentido estrito, consiste na concordância dos atos com as leis, ou seja, com as regras.

Assim, para o processo legislativo, sobretudo para atender ao disposto no Regimento Interno desta Casa Legislativa, tem-se por juridicidade o cotejo com os princípios, consagrados pelos diversos ramos do Direito, que informam o ordenamento jurídico.

Passada a introdução supra, parte-se para a análise da juridicidade e da legalidade.

Quanto a este ponto, verifica-se que o Projeto em tela está de acordo com o ordenamento jurídico e não evidencia violação à legislação vigente sobre o tema.

Frente ao explanado acima, não há que se falar em ilegalidade e antijuridicidade na proposição.

2.3 Da Regimentalidade

Não se vislumbra, no que pertine à regimentalidade, vício capaz de impedir o prosseguimento do Projeto de Lei nº 166/2021, haja vista estar em consonância com a sua correta instrução, com a devida técnica legislativa e com as normas dispostas do Regimento Interno desta Casa.

2.4 Do Mérito

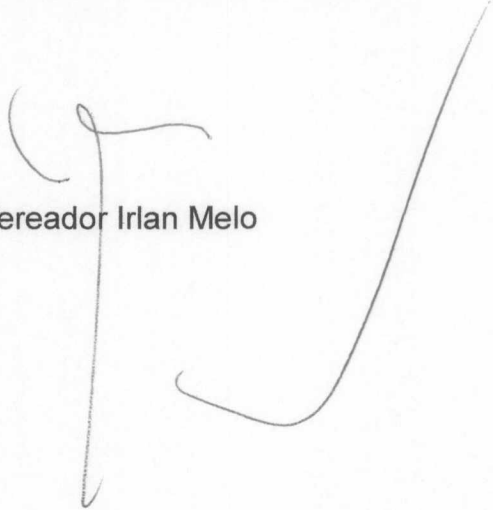
Conforme disposto no art. 52, I, b, do Regimento Interno, é da competência desta Comissão que seja analisado o mérito dos projetos de lei que disponham sobre “denominação de próprios públicos, declaração de utilidade pública, concessão de homenagens cívicas e definição de datas comemorativas”, tornando este parecer conclusivo.

Conforme decidido pelos membros desta Comissão de Legislação e Justiça, os projetos que almejam nomear próprio devem ser respaldados por parecer exarado pelo Executivo Municipal para certificação de sua possibilidade fática e jurídica. Não obstante o requerimento de diligência ter sido devidamente encaminhado para o órgão competente, até o presente momento não houve respostas. Por tal razão, entendo que restou prejudicada a análise do Projeto de Lei 166/2021, motivo pelo qual opino pela rejeição desta proposição.

3. DA CONCLUSÃO

Diante do exposto, meu parecer é pela constitucionalidade, legalidade, regimentalidade e rejeição do Projeto de Lei nº 166/2021.

Belo Horizonte, 08 de novembro de 2021.



Vereador Irlan Melo

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA
PARECER JURÍDICO SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 200/202
NOMEAÇÃO DE PRÓPRIO PÚBLICO - DISPENSA MANIFESTAÇÃO DO PLENARIO

RELATÓRIO

O Projeto de Lei 200/2021 que “Dá o nome de Rua Petúnia Dourada à Rua Quatro Mil Novecentos e Treze, no Bairro Cinquentenário.” de autoria do Vereado Irlan Melo, vem a esta Comissão de Legislação e Justiça, seguindo os trâmites regimentais para receber parecer jurídico.

Designado relator, passo a analisar o projeto de lei em epígrafe nos termos do art. 52, I, “b” do Regimento Interno desta Casa Legislativa.

FUNDAMENTAÇÃO

Introdutoriamente, salientamos que a análise e consequente parecer jurídico a ser exarado por esse relator deve observar a juridicidade da iniciativa legislativa posta a exame, adentrando o exame dos aspectos de constitucionalidade, legalidade e regimentalidade, bem como observar aspectos do mérito.

Sob o aspecto da proposição no que concerne a sua constitucionalidade vemos que a matéria em apreço está em conformidade com o art. 30, I da Constituição da República. Tal dispositivo prevê, *in verbis*:

Art. 30. Compete aos Municípios:

I - legislar sobre assuntos de interesse local;
(...)

Essa competência legislativa se traduz no ordenamento pelo legislador municipal dos assuntos e interesses da coletividade municipal localmente, sendo a denominação de próprio público municipal tema de interesse da coletividade local por excelência pela importância da identificação e referência para localização de ruas e respectivas moradias ali situadas nos bairros do município.

A presente proposição legislativa, sob o aspecto da sua legalidade, está em conformidade com o art. 4º e artigos 23, *caput* e 24 da Lei 9.691/2009 que dispõe sobre a identificação de próprio público, de passagem, de bairro, de distrito e de imóvel e dá outras providências.

No mérito, a proposição veio acompanhada de justificativa onde informa que “Tal nome deve-se à história de uma senhora, moradora da rua há muito tempo. Esta senhora colecionava e cuidava de muitas flores, dentre as quais uma de suas preferidas eram as Petúnias Douradas. Sempre que possível os vizinhos eram agraciados com um ramo desta flor, que tornou-se simbólica para os residentes do logradouro.”. Para além da significativa motivação da escolha do nome, resta claro que a denominação oficial de um logradouro público acaba com problemas de identificação e localização por parte de quem se dirige a esses próprios públicos, terminando assim os problemas e transtornos da população com entregas, prestações de serviço, visitas etc. Assim somos favoráveis a sua aprovação e não vemos impedimento ao nome indicado para se denominar ao logradouro público em questão.

Cm. D. Lei. Legislativa - 10-Nov-2021 - 13:57 - 003286-1/2

Saliente-se a manifestação da Secretária Municipal de Políticas Urbanas, Maria Caldas, que não aponta óbice a denominação em tela.

Quanto a juridicidade no que pertine a regimentalidade, prevista no art. 99 do Regimento Interno desta Casa, não vislumbramos afrontas ao regimento na presente proposição legislativa.

Assim, não vemos óbice ao presente projeto de lei no que diz respeito ao disposto no art.52, I, "b" do Regimento Interno.

CONCLUSÃO

Por todo o exposto, opino pela constitucionalidade, legalidade, regimentalidade e aprovação do Projeto de Lei nº 200/2021.

Belo Horizonte, 09 de novembro de 2021.



VEREADOR REINALDO GOMES
Relator

